

Odesaparecimento do campesinato e uma nova categoria social em formação: os trabalhadores rurais assentados.

Autores

Vitor Machado

Orientador

Zeila de Brito Fabri Demartini

1. Introdução

Este trabalho pretende desenvolver uma reflexão, a fim de tentar discutir um tema que vem sendo debatido pela sociologia rural, que é o desaparecimento do campesinato.

Neste sentido, procurei ao longo deste trabalho, a partir da análise da totalidade do processo histórico, demonstrar o surgimento no Brasil, de uma nova categoria social em formação que são os trabalhadores rurais assentados. Conseqüentemente demonstrei que em nossa sociedade, de características predominantemente urbana e altamente industrializada, haverá sempre lugar para esses trabalhadores.

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizei como referência histórica o pensamento de alguns autores que com vistas na totalidade histórica demonstram, a partir dos estudos realizados por pesquisadores, o desaparecimento do campesinato no Brasil. Mas esses estudos revelam o surgimento de uma nova categoria social em formação, que são os trabalhadores rurais assentados. Esses trabalhadores assentados, na sua maior parte, pequenos produtores ou lavradores, trabalhadores oriundos do meio rural, que expulsos deste meio por força do capital industrial, têm sua identidade construída na convivência da alternância entre o meio rural e urbano, fruto das lutas pela conquista da reforma agrária.

Assim, pude concluir que no Brasil, os trabalhadores assentados surgem como uma nova categoria social em formação, e que apesar de todas as dificuldades, resistem das mais diversas formas, caminhando na conquista da cidadania, construindo e ocupando seus espaços na difícil convivência com o espaço urbano e com o capitalismo excludente.

Para pensar o desaparecimento do campesinato e o surgimento de uma nova categoria social em formação, que são os trabalhadores rurais assentados, eu pretendo nesta parte do trabalho, desenvolver uma reflexão a partir de diferentes Teorias Sociológicas, abordando, numa perspectiva histórica, a construção do sujeito no processo social, pois entendo que a história é o palco onde as ações desses sujeitos se concretizam.

Segundo Mills (1975), a concepção orientadora das Ciências Sociais deve ser o “estudo da biografia da história e dos problemas de seus cruzamentos dentro da estrutura social”(MILLS, 1975, p.146) como forma

de se compreender a variedade humana. Isto quer dizer que, “todo estudo social bem considerado - exige uma amplitude de concepção histórica e um uso pleno de materiais históricos”. (MILLS, 1975, p.159) Só é possível entender-se as variedades humanas, a partir da análise das estruturas sociais. Estas vistas sob o ponto de vista histórico, permite ao pesquisador atingir resultados “reais”, com base na totalidade.

A partir de agora me sinto tranqüilo para fazer um recorte na história e começar a refletir acerca do desaparecimento do campesinato no Brasil e o surgimento de uma nova categoria social em formação, que são os trabalhadores rurais assentados.

Segundo Hobsbawm (1995) , em particular na América Latina, a população camponesa foi reduzida pela metade em vinte anos e neste caso, o Brasil especificamente entre 1960 e 1980.

Ele explica que na medida em que os campos se esvaziam, as cidades tornam-se mais povoadas, pois as populações camponesas sem alternativa de sobrevivência no campo, passam a habitar as cidades, principalmente os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e trabalho. (HOBBSAWM, 1995)

No caso do Brasil especificamente, e em particular dos trabalhadores rurais, é justamente nesse período que se observa a origem e o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária e de novos atores da realidade agrária brasileira.

A presença desses atores perpassa pela década de 60 e 70, vindo à tona na década de 80, quando são incorporados na política fundiária do Estado de São Paulo, preocupado em aliviar as tensões que se multiplicam por todas as áreas rurais.

Na década de 60, através do projeto intitulado “Reforma Agrária Paulista”, o governo Carvalho Pinto, iniciou as primeiras tentativas de constituir assentamentos, criando uma série deles, mas que não tiveram continuidade nos governos posteriores. O objetivo desses projetos era conter os movimentos sociais surgidos no campo, em algumas regiões do Estado de São Paulo.(BERGAMASCO; FERRANTE; D'AQUINO, 1989). Ainda na década de 60, ocorrem algumas desapropriações no Governo Castelo Branco, na vigência do Estatuto da Terra, não obtendo também resultados satisfatórios, devido aos impasses e ambigüidades ocultas no estatuto.

Já na década de 70, o exemplo mais marcante é o do “Projeto Lagoa São Paulo”, que surge em 1978, fruto do impacto causado na região do Paranapanema, em virtude da construção de três usinas hidrelétricas (Porto Primavera, Taquaruçu, Rosana). O projeto justifica-se, como tentativa de conter os conflitos ocorridos pela tentativa de ocupação de terras e formação de acampamentos ao longo das rodovias.

A partir de 1982, o governo Montoro intensifica uma política de assentamentos no Estado de São Paulo através do ‘Programa de Valorização de Terras Públicas’(Lei Estadual nº 4957, de 30 de dezembro de 1985) e do ‘Programa de Regularização Fundiária’. Paralelamente aprofundavam-se as tensões decorrentes das más condições do trabalho volante, que culminaram nos levantes de Guariba e Barrinha (1983-1984), cidades localizadas na região de Araraquara e Ribeirão Preto, considerada a Califórnia brasileira, devido a qualidade de vida de uma pequena parcela da população que habita essa região e que tem em sua posse grande acúmulo de capital. Neste contexto, foram instaurados 15 projetos de assentamentos entre os anos

de 1983 e 1988. Sem mudanças substanciais, o Estado se faz presente como o grande mediador desses confrontos.

Os assentamentos passam a ser defendidos por lideranças sindicais significativas, como possibilidade ou condição de existência dos trabalhadores rurais. A terra parece ter o significado de recomposição de necessidades mal supridas, ou seja, a terra passa a compor o campo das necessidades de reprodução desses trabalhadores, numa complexa construção de diferentes modos de vida.

Se analisarmos a participação de outros agentes sociais, no processo de construção das relações que constituem os assentamentos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, vamos verificar que a presença do Estado implica o reconhecimento de um campo de luta, onde os projetos de reforma agrária revelam as contradições e as correlações de forças existentes no Estado.

Não há papéis previamente definidos, em se tratando de atores no cenário de assentamentos. Isso porque tais atores, os trabalhadores rurais, são sujeitos ativos de sua própria existência, que devem ser vistos em movimento, como parte de uma história distinta e perversa, vivida num campo onde as fronteiras são demarcadas por muita luta, muitos atritos e, conseqüentemente, muitas conquistas.

A intervenção do Estado, através da política de projetos, no processo de assentamentos de reforma agrária em São Paulo, nos revela nuances no embate entre as forças sociais envolvidas. (ANDRADE, 1993)

Mas é importante salientar que em meio a tantas contradições os assentados criam várias alternativas para poder sobreviver na “nova terra”. Entre tais alternativas estão a cultura de determinados alimentos que são produzidos para serem comercializados, subordinando seu trabalho ao capital das grandes empresas^[1], além da lavoura de subsistência, o que possibilita, em alguns casos, a comercialização do excedente. Em relação a cultura de subsistência, nota-se que ela é utilizada para a sobrevivência da família, permitindo que ela esteja bem alimentada.

Nesse sentido, pesquisa da FAO (Food And Agricultural Organization), revela que em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, caem os índices de mortalidade infantil. (FAO/PNUD, 1992, p.38). Suas pesquisas comprovam, através de dados significativos, a melhoria da qualidade de vida dos assentados, apontando índices muito baixos em relação ao número de crianças que morrem nos assentamentos de reforma agrária. (FAO/PNUD, 1992, p.90). Além disso, por força de processos migratórios e da alternância entre o rural e o urbano ocorre um processo de ruptura das identidades e de desarticulação cultural dos grupos, que gera fragmentos culturais. A partir desses fragmentos e do universo atual em que vive o assentado, é que ele busca a reconstrução cultural para a construção de uma identidade.

Apesar das condições precárias, dadas pela falta de infra-estrutura, e que termina por provocar um “isolamento físico”, esses trabalhadores enfrentam preconceitos de toda ordem, já que são vistos como invasores, infelizes, miseráveis, desvalidos.

Um outro aspecto que gostaria de evidenciar é que os assentados resistem das mais variadas formas, como em Assentamentos de trabalhadores Rurais, em pequenos sítios e até mesmo em bairros rurais (ALVARENGA REIS, 1996). A medida que o capital avança, em nome do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais o urbano e o rural se fundem (WHITAKER, 1984). Tal processo tem sido demonstrado por alguns

pesquisadores que comprovam a unificação dos espaços rural e urbano como resultado do desenvolvimento do capitalismo agro-industrial. As pesquisas revelam que

no Estado de São Paulo chegou-se a falar em desaparecimento das populações rurais, já que o complexo agro-industrial criava um espaço de imensa “plantations” de cana, soja ou laranja, no qual se engajavam trabalhadores volantes, moradores de pequenas cidades. No entanto a observação cuidadosa mostrou resistências nesses espaços. (WHITAKER; FIAMENGUE, 1995, p. 62). [...] Pequenos sítios e bairros rurais escondem-se nos interstícios das “plantations” e a compreensão do Espaço rural se complica. Como se não bastasse, surgem de toda parte homens e mulheres sem terra, ocupando espaços com formas sociais alternativas. (WHITAKER; FIAMENGUE, 1995, p. 63).

Esta foi, portanto, uma tentativa de explicar dialeticamente o cenário no qual estamos observando o tema que resultou este trabalho, que foi o fim do campesinato e o surgimento de uma nova categoria em formação.

E nesse sentido, para entender-se o perfil dessa nova categoria em formação, é primordial que iniciemos nossa conclusão a partir do momento em que as famílias partem das cidades e chegam ao assentamento.

Geralmente essas famílias advindas de pequenas cidades do interior, nelas dificilmente encontravam trabalho. Quando encontravam, trabalhavam como biscates em serviços temporários, ou ainda como trabalhadores volantes, nas épocas de safra, em fazendas próximas as cidades em que residiam.

Quando chegavam ao assentamento, os homens vinham juntamente com suas esposas e filhos, depois de muitas dificuldades encontradas no longo processo de luta pela conquista da terra e da incansável alternância entre o rural e o urbano.

Ao se fixar na terra procuram encontrar nela, ou através dela, toda a dignidade que a cidade não lhes proporcionou. Estando preso à terra, procuram desenvolver algumas alternativas ou estratégias de sobrevivência como resistência as mais variadas formas de opressão.

Mas as estratégias desenvolvidas pelos assentados possibilitam sua permanência na terra. Apesar de todas as dificuldades encontradas suas soluções garantem uma melhor qualidade de vida, possibilitando almejar um futuro melhor para a família e principalmente para seus filhos.

Apesar de terem sido alijados do espaço de convivência, bem como dos meios de produção, que no sistema capitalista, salvo disposições em contrário, são garantia de sobrevivência em nossa sociedade, os assentados procuram a todo momento uma possibilidade de inserção social, o trabalho na sua própria terra é a garantia da realização pessoal do assentado.

Penso, que quando concretizados tais objetivos, os assentados terão conseguido dar uma resposta àqueles que ajudam a reforçar e reafirmar o preconceito que sofrem, dando provas da necessidade

de combatê-los cada vez mais.

Além disso, ainda servirão como exemplo para aqueles que estão iniciando nesse processo de luta de permanência na terra, de luta contra a opressão, contra o preconceito e a injustiça social e na conquista da cidadania, provando que tudo isso pode ser conquistado.

Servirão também para reafirmar que na sociedade brasileira há espaço garantido para o trabalhador rural assentado.

[1] O estudo de Eliane Aparecida Andrade revela no caso da criação do bicho da seda uma articulação entre o arcaico e o moderno, o que expressa uma estratégia do capitalismo periférico no sentido de manter a taxa de lucro necessária a sua reprodução. (ANDRADE, E. A. de. Processo de Trabalho, Espaço e Sociabilidade: A sericultura nos Assentamentos de Reforma Agrária do Horto Silvânia. - Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP em Araraquara; 1995.)

2. Objetivos

A partir da análise da totalidade do processo histórico, procuramos demonstrar o surgimento no Brasil, de uma nova categoria social em formação que são os trabalhadores rurais assentados. Conseqüentemente demonstramos que em nossa sociedade, de características predominantemente urbana e altamente industrializada, haverá sempre lugar para esses trabalhadores.

3. Desenvolvimento

A metodologia utilizada na elaboração deste artigo foi uma pesquisa bibliográfica.

4. Resultados

Baseando-se em trabalhos elaborados por diversos pesquisadores concluímos que os trabalhadores rurais assentados devem ser vistos como uma nova categoria social em formação.

5. Considerações Finais

As estratégias desenvolvidas pelos assentados possibilitam sua permanência na terra. Apesar de todas as dificuldades encontradas suas soluções garantem uma melhor qualidade de vida, possibilitando almejar um futuro melhor para a família e principalmente para seus filhos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, E. A. Processo de Trabalho, Espaço e Sociabilidade: A Sericultura nos Assentamentos de Reforma Agrária do Horto Silvânia, Araraquara, 1997. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Rural) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B.; D'AQUINO, T. Assentamentos de trabalhadores Rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente. ANPOCS, 1989, Caxambú.p. 253-280.

FAO/PNUD - Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, vol. I, Relatório final, jan 92.

HOBBSAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MILLS, C. W., A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Editora Zahar , 1975.

WHITAKER, D. C. A. e FIAMENGUE, E. C. , Assentamentos de Reforma Agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. In: _____. Retratos de Assentamento, NUPEDOR, ano II, n.2, 1995.